

Mote: «Se a mulher se revolta contra o
homem, nada fica intacto»

Nós, ainda hoje e mesmo

Livia Apa

Universidade de Nápoles “L’orientale”

Ao retomar as notas da minha apresentação no colóquio *Novas Cartas, Novas Cartografias Re-configurando diferenças no mundo globalizado*, que teve lugar em Évora em Março de 2014, senti o quanto aquela ocasião foi, antes de tudo, a possibilidade de explorar aquilo que em outros contextos se denomina “potencial multiplicador” de um livro como *Novas Cartas Portuguesas*. Com esta designação, como sabemos, na área dos estudos de “desenvolvimento”, palavra abusada e demasiadas vezes encarada do ponto de vista de uma eurocêntrica ideia de progresso, define-se a capacidade de um determinado projecto/objecto se multiplicar num futuro mais ou menos longo, dentro de um conjunto de chamadas “boas práticas”, capazes de garantir a sua própria duração e o seu próprio valor de uma forma duradoura, incidindo no contexto até implementar uma “mudança” de

paradigma ao longo do tempo. Penso que é este efeito de multiplicação que um livro tão interligado ao conceito de rotura como *Novas Cartas Portuguesas* contém.

A sua capacidade de subversão da ordem, a do cânone literário, a do género literário, a da moral pública e privada de Portugal nos anos pré-revolução e de uma Europa batida por um necessário repensar do lugar da mulher na sociedade, foi, e é, de uma força arrasadora. Quem se aproxima pela primeira vez do livro não pode *não ler*, antes de tudo, o seu potencial de fractura; não pode deixar de se perguntar: o que é, afinal, este livro? O livro “existe”, em primeiro lugar, como um questionamento de muito daquilo que o leitor médio está habituado a ler. Uma espécie de “glosa” na interpretação que deste termo fez Eugeni d’Ors, enquanto leitura do tempo presente. *Novas Cartas Portuguesas* podem, assim, ser lidas como uma monumental e labiríntica glosa do património literário sobretudo português, tal como da contemporaneidade nacional entendida no seu potencial de releitura situada a partir de um lugar de enunciação feminino e de resistência.

Por todas estas razões, quando me foi lançado o desafio contido na frase “*se a mulher se revolta contra o homem nada fica intacto*”, não pude deixar de situá-la dentro daquilo que é o meu contexto de práticas diárias: a sala de aula. Dou aulas numa Universidade do Sul de Itália, a Università degli Studi di Napoli “L’Orientale”, numa cidade onde ainda hoje 37 % das mulheres estão oficialmente desempregadas ou ocupadas no circuito do chamado trabalho informal, para não dizer clandestino, e quase 25% (percentagem que ultrapassa 40% em alguns bairros) desistem da escola por razões familiares ou porque ficam grávidas prematuramente. Na verdade, estas mulheres desistem do sistema escolar porque não reconhecem na formação e na aprendizagem um valor capaz de melhorar as suas condições de vida. A universidade onde ensino vive, por sua vez, uma espécie de dupla identidade: se por um lado, acolhe ainda a fama de ser uma Universidade progressista e de esquerda, onde mesmo na sala de aulas é permitida uma certa militância ou pelo menos o exercício do debate, por outro lado, é alimentada pela infindável série de reformas às quais foi, e está a ser, submetida a universidade italiana. A nossa faculdade de Letras e Línguas Estrangeiras e o nosso Departamento de Estudos Literários, Linguísticos e Comparados estão a tornar-se a cada dia que passa cada vez mais numa escola de línguas mais ou menos “inteligente” onde

a literatura é uma opção e a parte cultural dos vários espaços linguísticos não é considerada parte integrante da formação curricular. Se antigamente a vocação da nossa universidade era um certo pioneirismo na promoção de um tipo de estudo das literaturas já muito aberto para a contaminação entre as diversas ciências sociais e para os estudos culturais e a mais moderna prática dos estudos comparados, hoje em dia temos ao nosso dispor 48 horas por semestre de didáctica frontal para cada disciplina, de forma a “formar” os alunos e em muitos casos trabalhando com turmas que ultrapassam a centena de inscritos. A ideia de que saber uma língua é sobretudo aprender de cor infinitas listas de verbos irregulares e excepções é o que recomendam os programas ministeriais, juntamente com os estudos linguísticos aplicados não tanto às macro-categorias do valor performativo da mesma produção linguística, mas apenas ao estudo informático dos *corpora*, do léxico, etc., etc., etc...

Neste quadro, tendo em conta o meu percurso ancorado nos estudos culturais, e enquanto responsável pela cadeira de língua portuguesa, para mim a área de estudos de tradução é um acto de pura negociação entre o que devia ser, o que é esperado e a tentativa muitas vezes desesperada de ampliar a dimensão e a reflexão do que é aprender uma língua estrangeira. Traduzir e pensar a tradução como espaço de hospitalidade “derridiana” do outro pode ser às vezes uma pequena revolução. Foi precisamente a partir desta perspectiva de tradução que decidi durante dois anos seguidos trabalhar no curso de mestrado com *Novas Cartas Portuguesas*: considerando que o livro representa um belo exemplo do tempo e da geografia dos diferentes tempos e dos diferentes registos da língua portuguesa.

A minha turma é composta sobretudo de mulheres, na maioria vindas da província. Muitas delas são a primeira geração de licenciados nas suas famílias de origem. Para completar o cenário, é preciso dizer que em Itália vivemos anos de um renovado assalto aos direitos das mulheres não apenas porque está a ser repensada mais uma vez a lei sobre o aborto, mas também e sobretudo porque os últimos vinte anos de política voltaram a promover uma imagem “decorativa” da mulher. E a crise faz o resto porque cada vez mais

mulheres perdem o emprego e ficam em casa a tomar conta da família e quando se separam dos maridos/companheir@s voltam a viver em casa dos pais.

Neste contexto, *Novas Cartas Portuguesas* anunciavam-se à partida como um elemento de desordem e, de alguma maneira, como uma provocação. Ora, como sabemos e praticamos, assumir a diversidade a todos os níveis implica altos riscos. Para mim, o que foi surpreendente observar foi como o livro serviu quase de dispositivo de aprendizagem para o reconhecimento das próprias necessidades e dos próprios desejos. As perguntas durante as aulas eram sempre muitas e o debate, constante. O que foi o feminismo em Itália? Como se configurou ele? Como se configura ele hoje? Nós em Itália não tivemos a guerra colonial; mas não será que partilhávamos da mesma ordem patriarcal? Descobrir que o voto para as mulheres foi uma conquista relativamente recente devida à recentíssima história republicana do nosso País; descobrir que para o divórcio e o aborto foi necessário passarmos por dois referendos; comentar as diversas instâncias do movimento de 77 em Itália e as suas manifestações – foi atravessar algo simultaneamente recente e já muito antigo para alunos que têm em média pouco mais de vinte anos. Qual o legado hoje destas lutas naquela que substancialmente é a geração da maioria das mães de todos eles? É verdade então, ainda hoje, que como nos dizem as Três Marias “*Se a mulher se revolta contra o homem* – como se revoltou naqueles anos em Itália – *nada fica intacto*”?

O potencial de subversão formal do livro foi o primeiro passo para partir para a descoberta daquilo que é quase o corolário do livro: a reivindicação de uma cidadania completa, de uma “egaliberté” e, parafraseando o título que escolhi para esta minha reflexão empírica, afirmar “nós, ainda agora e mesmo”. Nós, as mulheres, enquanto portadoras de diferença ou, melhor ainda, como foi brilhantemente dito durante o congresso, enquanto reivindicadoras de variedade. Durante as aulas, todo o nosso percurso se construiu à volta do conceito de poder d@ leitor@, porque partimos da ideia de que ler um texto, e fazê-lo politicamente como tentamos fazer, quer dizer desfazê-lo, operando cortes, dobrando-o numa determinada direcção, privilegiando um percurso em vez de outro. Fazer a sua tradução.

Ler politicamente um texto quis dizer para nós, dia após dia, posicionar o próprio

exercício de leitura perante o mundo e, no caso de alguns daqueles jovens, foi ainda possível posicionarem-se perante a sua própria vida. A minha pergunta de partida foi: o que acontece quando um livro como o *Novas Cartas Portuguesas* se apresenta como um texto à partida “desconstruído/desconstruível”? O que acontece quando a natureza essencialmente política do nosso sujeito/objecto discursivo se situa na sua irredutível heterogeneidade, na sua resistência tenaz a construir-se por um critério apenas de coerência, substância ou linearidade interna, chegando porém a materializar-se, partindo de uma ligação explícita com uma certa posição teórica ou política? Em suma, como atravessar um texto que recusa o estatuto de género literário sem o reificar nos confins de um determinado horizonte sobredeterminado, como diria Althusser? Encontramos a resposta no facto de *Novas Cartas Portuguesas* ser um texto proteiforme, como diria Franz Fanon, e, por natureza, convidativo ao exercício da fractura, advogando para si a potência do leitor exactamente pela sua capacidade de “passionare” – do latim *patio*, sofrer, ser submetido – quem o lê.

Não sei como os “meus meninos” e as “minhas meninas” responderiam a todas estas questões. Sei que eles todos, meninos e meninas, no Dia Oito de Março tinham uma frase das *Novas Cartas* no seu time-line do Facebook, tal como sei que na maioria dos casos e depois de terem defendido teses brilhantes sobre o livro, operaram corajosas mudanças nas suas vidas. Houve quem decidisse, mesmo na mais completa precariedade, ser mãe, quem decidisse praticar o exercício da escrita como objectivo a perseguir, quem decidisse ainda mudar de cidade ou de país. Aprendi muito com eles todos e a minha gratidão é infinita, porque me deram a oportunidade de voltar a viver a emoção do crescer através da leitura. E mais uma vez, se calhar e sobretudo, de me terem ensinado “o que pode a literatura” quando consegue explorar o seu potencial multiplicador em quem a lê e a ama.

Livia Apa nasceu em 1963, em Nápoles. É investigadora junto da Università degli Studi di Napoli “ L’Orientale” e coordenadora científica da Cátedra Margarida Cardoso. Trabalha na área dos Estudos Culturais dos países de língua oficial portuguesa. É também tradutora, tendo publicado em italiano, entre outras, obras de José Eduardo Agualusa, Mia Couto, Ondjaki, Ruy Duarte de Carvalho, Florbela Espanca, Mário Cesariny de Vasconcelos, Ana Luísa Amaral e Ana Paula Tavares.